

**GUERRA CULTURAL NO (NEO)FASCISMO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS ESCOLA SEM PARTIDO E FUTURE-SE**

**CULTURAL WAR IN THE BRAZILIAN (NEO) FASCISM: AN ANALYSIS OF ESCOLA SEM PARTIDO AND FUTURE-SE**

**GUERRA CULTURAL EN EL (NEO) FASCISMO BRASILEÑO: UM ANÁLISIS DE LOS PROGRAMAS ESCOLA SEM PARTIDO Y FUTURE-SE**

João Luís Almeida Weber <sup>1</sup>

Lívia Fernandes <sup>2</sup>

**Resumo:** O problema de pesquisa desse artigo é analisar, a partir da técnica da revisão da literatura, o caráter político dos programas Escola Sem Partido e Future-se, tendo em vista o conceito de Guerra Cultural. Entende-se que tal fenômeno é uma ferramenta política e social de colonização da subjetividade. Através da Guerra Cultural, se estabelece na sociedade um governo fascista. Observa-se que o avanço de ambos os programas agrava um contexto já adoecido, uma vez que as instituições primam em maior grau pelo recurso econômico, em lugar da qualidade educacional proporcionada. Esse fenômeno, puramente neoliberal, caracteriza-se por uma violência contra a educação. A crise política e educacional produz ressonância nos modos de sofrimento do brasileiro e implica em um desafio que inaugura o século XXI no Brasil, problemática esta que foi acentuada pela Covid-19. Faz-se urgente restaurar os escombros deixados pelo Bolsonarismo, bem como impedi-lo de avançar ainda mais.

211

**Palavras-chave:** Guerra Cultural. Educação. Políticas educacionais.

**Abstract:** The research problem is to analyze, through literature review, the political character of *Escola Sem Partido* and *Future-se* programs, in view of the concept of Cultural War. This phenomenon is a political and social tool for the colonization of subjectivity. Through the Cultural War, a fascist government is established in society. The advancement of both programs aggravates an already sickening context, since the institutions prioritize economic resources over educational quality. This phenomenon, purely neoliberal, is characterized by violence against education. The political and educational crisis has repercussions in the Brazilian suffering modes, and implies a challenge that inaugurates the 21st century in Brazil, a problem that was accentuated by Covid-19. It is urgent to restore the ruins left by Bolsonarism, as well as to prevent it from going any further.

**Keywords:** Cultural War. Education. Educational policies.

<sup>1</sup> Mestre em Psicologia. Professor no Centro Universitário da Serra Gaúcha – FSG. E-mail: [joao.weber@fsg.edu.br](mailto:joao.weber@fsg.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7434-2359>.

<sup>2</sup> Graduanda de Psicologia pelo Centro Universitário da Serra Gaúcha – FSG. E-mail: [livia.fer8031@gmail.com](mailto:livia.fer8031@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2254-305X>.

**Resumen:** El problema de investigación de este artículo se da en analizar, la técnica de revisión de la literatura, el carácter político de los programas, *Escola Sem Partido* y *Future-se* considerando el concepto de Guerra Cultural. Se entiende que este fenómeno es una herramienta política y social para la colonización de la subjetividad. A través de la Guerra Cultural, se estableció un gobierno fascista en la sociedad. Se observa que el avance de ambos programas agrava un contexto ya enfermizo, ya que las instituciones se destacan en mayor medida por el recurso económico, que por la calidad educativa brindada. Este fenómeno, puramente neoliberal, se caracteriza por la violencia contra la educación. La crisis política y educativa produce resonancia en las formas de sufrimiento de los brasileños e implica un desafío que inaugura el siglo XXI en Brasil, problema que fue acentuado por Covid-19. Hay una necesidad urgente de restaurar los escombros que dejó el Bolsonarismo, así como de evitar que continúe.

**Palabras-clave:** Guerra Cultural. Educación. Políticas educativas.

## Introdução

O presente estudo lança o Bolsonarismo como neofascismo brasileiro, uma vez que se alinha com as premissas básicas de um regime de tal envergadura. Salienta-se que o neofascismo é uma espécie de governo pautado, por excelência, em uma onda autoritária, ultraconservadora, de extrema-direita e delineada por ideais capitalistas (MELO, 2020). Considera-se que o fascismo não é somente um regime político, embora estrutura-se como tal. O fascismo é um sintoma social, um fato de discurso e a resultante de uma implicação social e psíquica de importante análise.

Levando em conta a complexidade da temática do neofascismo, é cabível uma reflexão multidisciplinar a respeito de tal fenômeno. No estudo em questão, apropria-se de um aspecto do neofascismo no que tange à dimensão da educação e da Guerra Cultural, essa como sendo condição *sine qua non* de implementação da montagem fascista no laço social.

Para Leher (2020) os dois aspectos principais da Guerra Cultural no contexto fascista, são: o anti-iluminismo e um confronto com a Revolução Francesa e suas premissas de igualdade, liberdade e fraternidade. Logo, para além do anti-iluminismo, que consiste em uma desmoralização importante da ciência, da razão e do senso crítico, há também um posicionamento do governo neofascista, que no Brasil se caracteriza pelo Bolsonarismo, de antidemocracia e antipolítica.

Posto isso, compreende-se a Guerra Cultural como uma ferramenta do neofascismo, uma movimentação no imaginário social da população, um processo de colonização subjetiva, que assume sua máxima expressão no âmbito acadêmico e escolar (SANTOS; MUSSE; CATANI, 2020). A fim de ilustrar tal processo de Guerra Cultural a partir do contexto de neofascismo brasileiro, apropria-se da análise de dois programas educacionais do atual

governo, tais como: Escola Sem Partido (ESP) e Future-se. Ainda foi realizada uma comparação desses para com outros programas educacionais de governos passados.

Ressalta-se que a Guerra Cultural representa uma ameaça de importante gravidade, colocando a sociedade à mercê de governos autoritários e antidemocráticos, bem como lança o ensaio de uma crise educacional (a ser exemplificada pelo programa ESP), e um embotamento subjetivo, andando em paralelo com o avanço neoliberal (a ser exemplificado pelo programa Future-se). Elucida-se que tal crise educacional e subjetiva respinga em diversos âmbitos da sociedade, caracterizando uma problemática multifatorial, com consequências diversas.

Com o presente estudo em questão, objetiva-se analisar as manifestações do neofascismo no âmbito educacional bem como apontar suas consequências dentro do seio social. Ademais, busca-se apontar ainda um breve comparativo do cenário educacional dentro e fora do contexto fascista.

## **O Bolsonarismo como (neo)fascismo do Brasil: um sintoma social**

213

Em primeiro lugar, faz-se necessário o esclarecimento do porquê o Bolsonarismo é elevado ao caráter de neofascismo do Brasil, pelo presente estudo em questão. Através de algumas características básicas de passagens históricas fascistas, como por exemplo uma onda ultra- conservadora, de extrema-direita, autoritária e intolerante, manifestada principalmente por figuras caricatas masculinas, colocadas no caráter de “mitos salvadores”, tem-se fortes semelhanças ao fenômeno Bolsonaro do Brasil de 2018 (MELO, 2020).

A fim de exemplificar com maior critério o caráter fascista do Bolsonarismo no Brasil, analisa-se alguns sinais apontados por Eco (1998), como sendo sinais de alerta para o estabelecimento do fascismo, tais são: 1) culto as tradições e as raízes; 2) abuso do medo ao diferente; 3) constante estado de ameaça; 4) exaltação da vontade popular; 5) oposição a análise crítica; 6) obsessão por conspirações e culpados externos; 7) proclamação de um líder; 8) repressão da sexualidade; 9) ação antes da razão; 10) linguagem limitada e repetitiva; 11) apelo a uma classe social frustrada e, por fim, 12) rejeição as ideias modernas. Tais elementos são facilmente notados no Bolsonarismo.

Ampliando a reflexão acerca do caráter neofascista de Bolsonaro, Melo (2020) aponta algumas características acerca da notória semelhança entre Bolsonarismo e o regime fascista, tais sejam: reunião de grupúsculos de extrema-direita; fenômeno de massa aglutinando uma

série de correntes contrarrevolucionárias em apoio ao governo; onda conservadora; devastação econômica e social (crise); “mitos” que mobilizam bases fascistas; populismo; culto à violência; grupos de extermínio com grande poder de controle territorial; projeto de poder político: milícias e anti- intelectualismo.

Ao longo de passagens históricas, é possível observar que o fascismo e suas manifestações sintomáticas, ocorrerem a partir de um contexto bem específico: uma crise. No Brasil atual, o cenário crítico delineou-se principalmente após o Golpe de 2016. A partir de tal acontecimento, gerou-se no país uma importante instabilidade econômica, subjetiva, social e política dando espaço ao Bolsonarismo, este como manifestação de neofascismo (MELO, 2020). A partir daí, lança-se a crise política, ética, social e humanitária. O declínio do Estado Democrático de Direito, a partir do avanço neoliberal e fascista, se caracteriza como uma ameaça à instância do sujeito de desejo e de direito.

A partir de tal contexto de crise e fragilidade, a Guerra Cultural começa a entrar em cena. Para Casara (2020), tal revolução cultural molda a visão de mundo, sendo capaz de naturalizar fenômenos mortíferos. Cita-se como exemplo o nazismo, esse sendo um acontecimento de captação subjetiva da população, em que um projeto político pautado no holocausto era visto como algo plenamente cabível dentro da sociedade. Logo, a Guerra Cultural assume um caráter de suma importância para governos desta ordem sendo delineada principalmente através da noção de irracionalidade.

Eco (2018) considera a possibilidade de um “fascismo eterno”, que consiste num estado de fragilidade econômica, política e ética. As práticas fascistas colocam-se em uma posição de espreita, para no momento certo, (re) surgirem e afetarem os modos de subjetivação do sujeito e do mundo, a partir de suas ideologias antidemocráticas. Logo, considera o fascismo como um sintoma social, a resultante de um cenário específico de fragilidade política, psíquica e social.

O fenômeno Bolsonaro é a resultante da intensa crise, essa como condição *sine qua non* de qualquer antipolítica. Bolsonaro, bem como suas manifestações neofascistas, são um sintoma social, ou seja, é o reflexo de que na sociedade brasileira algo ocorre de disfuncional. Bolsonaro fora colocado não somente como uma alternativa para o país, mas como uma solução totalmente plausível para o cenário político que se apresentava. Mesmo com sua posição perversa, fora capaz de seduzir a maior parte dos brasileiros.

A teoria psicanalítica, responsável por estudos e intervenções clínicas e sociais no âmbito psíquico, aponta para o conceito de sintoma como um compromisso entre exigências

pulsionais (pulsão enquanto energia amoral do aparelho psíquico), e exigências sociais (de caráter moral). Ou seja, o funcionamento psíquico não coaduna com as regências morais da vida em sociedade, elas demandam uma satisfação interdita na cultura. Deste modo, é necessário um equilíbrio entre tais exigências e os mandatos sociais realizada pela instância psíquica do sujeito. (FREUD, 2014).

O sintoma aparece como uma resolução para tal conflitiva, cria-se tal recurso que caracteriza como um resultado que abarca a formação de compromisso entre pulsão e cultura. No Bolsonarismo, há laço entre o mortífero que Bolsonaro representa, e uma atmosfera moral que compõe tal engodo, uma vez que o fenômeno Bolsonarista estrutura-se também por um intenso conservadorismo que passa a ideia de moralismo. Analisando sob o viés psicanalítico Bolsonaro é o sintoma do Brasil. Considerando tal caráter sintomático, o Bolsonarismo representa um *quantum* de responsabilidade pelo sofrimento social e psíquico do brasileiro.

Segundo Melo (2020), é possível aprender de experiências fascistas anteriores, que tais movimentos somente conseguiram chegar ao poder através de uma crise profunda, na qual vulnerabilidade social, econômica, política e psíquica abriu espaço para a colonização da subjetividade e da Guerra Cultural, como artefato primordial para o avanço de tal regime. Quando se verificam estas crises, “a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos” (GRAMSCI, 2000, p. 60).

Neste ponto, ressalta-se que Bolsonaro assumiu esse papel de salvador para a crise multifacetada do país. Criou-se no imaginário social, a noção de “*mito salvador messiânico*”. Tal ideia fora espalhada no país de maneira significativa, mobilizando a sociedade de tal forma que um candidato com claro perfil fascista, ultra- conservador e intolerante, tornou-se presidente do Brasil, iniciando o processo de pseudodemocracia e neofascismo (SANTOS; MUSSE; CATANI, 2020). Tais mitos, caracterizado por figuras caricatas, como o Bolsonaro por exemplo, são extremamente funcionais para a criação de um imaginário que se mobiliza em direção às bases fascistas, caracterizando assim, um processo de Guerra Cultural (MELO, 2020).

Casara (2017) se apropria do conceito de Crouch (2011) de pós-democracia. Explica que Crouch delineou tal conceito apontando que a pós-democracia, representada pela anti-política, é um modo de funcionamento institucional democrático de maneira formal, entretanto ocorre o empobrecimento da dinâmica democrática. A partir disto, reitera-se que no Brasil não é vivido um fascismo clássico, entretanto, o neofascismo ganha espaço no país.

Reitera-se o estatuto neo, uma vez que, a partir do mal-estar contemporâneo, a montagem fascista ganha novas roupagens dentro do laço social. Entretanto, mantém-se sua essência primordial.

A partir do aspecto de anti-intelectualismo, alicerce da Guerra Cultural - artefato necessário para o enquadre neofascista – analisa-se a seguir os programas Escola Sem Partido e Future-se, em que a anti-ciência e a racionalidade neoliberal, mostram-se muito circulantes no Brasil Bolsonarista.

## **Programa Escola Sem Partido**

O Programa Escola sem Partido (ESP), incluso no projeto de lei n. 246/2019, (BRASIL, 2019) lança uma reflexão importante acerca da crise educacional em tempos anti-política no Brasil. Aqui coloca-se tal programa como exemplo claro do grande alicerce da Guerra Cultural, caracterizado como o anti-iluminismo e o anti intelectualismo.

O programa consiste em um movimento em nível federal, estadual e municipal, composto principalmente por estudantes e pais de alunos de diversos níveis educacionais. O objetivo do programa se baliza, por excelência, em uma posição contrária a uma “ideologização” política e partidária realizada por professores dentro do espaço educacional. Busca-se, com tal movimento, uma limitação do ensinar, como dito no próprio site do programa: “por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar.” No mesmo ambiente virtual exposto acima, também é utilizada a frase: “Diga não à doutrinação nas escolas e universidades. Junte-se ao Escola sem Partido” (escolasempartido.org.br).

É importante ressaltar que o movimento não fora criado no governo de Bolsonaro, porém o forte apoio do presidente ao programa fora publicamente exposto em inúmeras situações durante o curso do seu governo. Há de se considerar também, o fato de que o filho do presidente Jair Bolsonaro, o deputado estadual Flávio Bolsonaro, transformou o projeto pela primeira vez em um projeto de lei de fato. A Guerra Cultural é uma condição de obrigatoriedade para qualquer governo antidemocrático e autoritário se estabelecer e circular no laço social, utilizando-se da mobilização no imaginário da população. No Brasil, tal fenômeno é denominado por Melo (2020), de *ideologia Bolsonarista*.

O ESP ao disfarçar-se com um caráter moral, pregando que a não discussão política e ideológica seria algo a fim de preservar os estudantes e oferecer uma atmosfera de “neutralidade” no espaço educacional, age como um recurso totalitário, antidemocrático e,

contrariando todas as suas próprias premissas político-ideológico. Uma ideologia muito específica: a ideologia da antipolítica e do fascismo.

Em uma das alegações do programa, exposta no projeto de lei federal, traz-se um importante componente para a presente reflexão. Lê-se: “O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. (ESP, 2019). Tal frase escancara o caráter totalitário, uma vez que, caso o exposto pelo professor não coadune com preceitos morais de cada família, o conhecimento não será legitimado e não poderá ser refletido em espaço acadêmico, como uma recusa. Ou seja, as múltiplas questões lançadas em um ambiente escolar ou acadêmico, estão moldadas à mercê da Guerra Cultural. O professor somente poderá expor uma “verdade” absoluta, anulando questões plurais. Aqui há três fenômenos importantes: a anti-ciência, a anti-democracia e a anulação da diversidade. Há laço entre essas três instâncias.

Segundo Arendt, (1999) existe a importante diferença entre o instruir e o educar. Para a autora, é uma tarefa simplista ensinar sem educar. A educação implica a instância da reflexão, da indagação, da desacomodação. Para Biesta (2013), a educação envolve o risco de saber algo que não gostaria de saber, implica sobretudo, um desafio que desassossega, irrita e perturba. Logo, o ESP impede que haja qualquer tipo de discussão e reflexão sobre as múltiplas diversidades do mundo, somente instruindo e não educando. Recusar a instância reflexiva, somente instruindo conteúdos selecionados por alguém detentor da verdade, significa alimentar um sistema que promove a Guerra Cultural e se retroalimenta da ignorância e da irreflexão. Não refletir acerca do mundo e de suas relações sociais, étnicas e culturais significa um processo de empobrecimento e instrumentalização subjetiva, levando a uma direção puramente neoliberal e perversa. A reflexão ética não coaduna com a lei do mercado. Sujeitos questionadores, também não.

O programa ESP, representa a liberdade ameaçada. Tal posição política, disfarçada de uma ideologia “neutra”, diz de um processo de censura a serviço de um neofascismo. É demandado da escola e das universidades uma postura antidemocrática e de mercado, onde a principal premissa é a anulação do diferente. A adesão de uma única verdade absoluta, além de ir contra a democracia, oferece ao sujeito uma visão de mundo simplista, onde um homem como Jair Bolsonaro é visto como a grande salvação para um país decadente de reflexão ética e de preceitos democráticos. Em uma sociedade reflexiva, o fenômeno Bolsonaro jamais seria possível. Eis aqui, a essência da Guerra Cultural. A escola, abolindo-se de temáticas sociais,

políticas e humanitárias, promovendo simplesmente um determinado conteúdo a ser somente ensinado- e não problematizado - movimenta-se na direção fascista por excelência.

Para Arendt (2007), o que faz de um ser humano, ser um humano de fato, é justamente a capacidade de ação, inauguração- que é a política. Logo, a reflexão acadêmica é política, e barrar tal ação também é política. Não há possibilidade de um espaço com seres humanos, não ser um espaço político. Porém, há de se considerar a democracia e a anti-democracia, uma levando em conta as variadas manifestações de humanidade, e outra, ceifando a diversidade e impondo verdades irrefutáveis. A não educação é a massa de manobra de todo governo autoritário. A reflexão e o senso crítico derruba governos dessa envergadura.

Para além da recusa do espaço educacional como um espaço político-reflexivo e democrático, o ESP representa uma ameaça para o futuro. Entende-se que, um determinado processo histórico, caso não receba a devida reflexão e elaboração, coloca-se em um constante ciclo de repetição. Arendt (1999) aponta que o que já foi inaugurado pela humanidade, continua enquanto potência para ser revivido. Freud (1920), na psicanálise, lança luz ao conceito de compulsão à repetição.

A psicanálise consiste em um arcabouço teórico e técnico de compreensão e intervenção de processos psíquicos da vida do sujeito, com o objetivo de oferecer recursos em saúde mental. A psicanálise, juntamente com a psicologia, abarca questões multidisciplinares, uma vez que a vida psíquica ressoa na vida social, política, educacional e outras. Freud em 1914, compôs o conceito de compulsão à repetição no texto Recordar, Repetir e Elaborar (FREUD, 2014). Segundo ele, em um processo de análise- termo utilizado para nominar o tratamento em saúde mental sob a ótica psicanalítica - tem-se um ciclo de recordação, repetição e finalmente a elaboração de acontecimentos importantes da vida psíquica. Quando há um forte processo de repressão de conteúdos traumáticos e penosos, não ocorre a elaboração. Sem a elaboração, tem-se somente a atuação, que consiste em, sob a forma de ato, (re) viver conteúdos penosos. Tem-se o ciclo de repetição, a partir da irreflexão. A grande proposta de uma análise, vai ao encontro de um atravessamento do passado, para (re) formular o futuro, desgrudando-se do gozo de repetição, e ir ao encontro do novo (FREUD, 2010).

No contexto social, a compulsão à repetição está presente em uma série de passagens históricas. Arendt (1999), refletiu a respeito da máquina de matar do nazismo. Segundo ela, a montagem nazista não era composta necessariamente por loucos ou psicopatas, mas sim na sua maioria, por sujeitos que não refletiam sobre o sentido de suas atitudes. Logo, o empobrecimento subjetivo, do senso crítico e de reflexão é uma ameaça à vida, como

exemplificado pelo nazismo. A irracionalidade, em muitos momentos, fora condição básica para inúmeras catástrofes. Vemos isso se repetir com o Bolsonarismo no Brasil, principalmente através da pandemia de Covid-19 no país. (MELO, 2020).

Sem a reflexão sobre acontecimentos importantes na vida social, a tendência é a repetição dos mesmos erros. As ciências sociais no ambiente acadêmico, realizam o importante papel no imaginário social de reflexão e elaboração. Com a recusa de tal exercício, proposta do ESP, corre-se o risco de passagens históricas mortíferas voltarem a entrar em cena. A escola e a academia como importantes espaços sociais e políticos oferecem aos sujeitos o recurso de elaboração necessário para que não se caia nas mesmas armadilhas. A partir disso, lança-se dois questionamentos que parecem ser questões a serem discutidas de forma multidisciplinar, levando em conta a complexidade social e subjetiva implicada no programa, tais sejam: qual é o interesse da irreflexão no espaço acadêmico, proposta pelo ESP? A que serve tal postura?

O ESP parece ser um movimento que, após o golpe de 2016, com o avanço do conservadorismo no Brasil e com a ascensão do neofascismo, cresceu e se fortaleceu de maneira significativa. A partir de tal cenário, caracteriza-se o movimento como uma crise educacional, reforçando o cenário antidemocrático e fascista.

219

O anti- intelectualismo e o apelo a teorias de conspiração tão presentes nos fascismos históricos são um traço evidente do Bolsonarismo, e são esses elementos que justificam movimentos de ataque a profissionais da educação, escolas, universidades e instituições científicas, como é o caso de iniciativas como o Escola Sem Partido, central na mobilização da Guerra Cultural Bolsonarista (MELO, 2020, p. 28).

Para Adorno (2008), a educação crítica é tendencialmente subversiva. Logo, o ESP além de ser falho no pilar de sua proposta (uma vez que representa uma posição política e ideológica importantíssima para o avanço neofascista no país), está a favor de uma não-subversão, uma não-reflexão, um não- senso crítico, o que representa o anti- intelectualismo.

## **A racionalidade neoliberal**

Ainda sob a concepção de Guerra Cultural, como condição de obrigatoriedade para ocorrer uma montagem fascista em uma sociedade, a racionalidade neoliberal caracteriza-se como um dos pilares da mesma. A partir da nova razão de mundo, integralmente pautada na

noção de capital, torna-se evidente o processo de intervenção no imaginário social, produzindo novas formas de relação sujeito-mundo. Tem-se assim, a captura subjetiva (DARDOT; LAVAL, 2016).

O conceito de racionalidade neoliberal é amplo, polissêmico, nebuloso, indefinido e polêmico. O termo se firmou nos anos 1990, porém a reflexão acerca das transformações políticas, sociais e econômicas acerca de tal modo de vida neoliberal iniciou nos anos 1970 e 1980 (CORBANEZI; RASIA, 2020).

O neoliberalismo apresenta características marcantes que lançam luz sobre uma reflexão acerca da Guerra Cultural e da captação subjetiva. Tais são: princípios como livre comércio, privatizações, desregulamentações, desburocratizações, tributações regressivas, monetarismo, flexibilização de leis e direitos trabalhistas, antissindicalismo, combate ao funcionamento público, promoção da iniciativa individual, estímulo à competição, individualização de salários, aversão a coletividades sociais, austeridade fiscal e ajustes e reformas estruturais, incentivo a agentes econômicos (CORBANEZI; RASIA, 2020).

Em relação aos aspectos psicológicos, a racionalidade neoliberal pode ser vista como um processo de mudança no ver e no atuar no mundo, transformando e tratando sujeitos como mercadorias, objetos a serem negociados/descartados. Ademais, a racionalidade liberal é responsável por atuar no processo discursivo da sociedade, fazendo com que, a partir da inundação do projeto neoliberal no imaginário social, nada seja mais importante do que a esfera do capital. Neste sentido, anula-se o campo do processo reflexivo e a percepção democrática e humana empobrece dando espaço ao puramente mercantil (CASARA, 2020).

Logo, reitera-se o fascismo como um fato de discurso, uma vez que ao alterar os processos subjetivos dos sujeitos, a partir da Guerra Cultural, torna possível um empobrecimento da linguagem onde há a simplificação argumentativa gerando ódio a quem contraria, além de reforçar a ideia de resoluções simplificadas para problemas complexos, como: “bandido bom é bandido morto” (CASARA, 2020). A racionalidade neoliberal consiste, pois, em um processo de simplificação e (des)subjetivação.

## **A mercantilização da educação**

A racionalidade neoliberal, como visto anteriormente, caracteriza-se como uma nova forma de relação sujeito-mundo, totalmente pautada na noção do capital. Passa-se a incluir todas as esferas da vida na lógica empresarial, criando assim uma nova subjetivação e

produzindo um outro tipo de sujeito. O discurso capitalista invadiu a atmosfera psíquica e articulou uma vida puramente mercantil, reforçando noções de competitividade entre sujeitos e individualismo, em que o lucro e a produção se sobrepõem aos afetos humanos. A educação também enquadra-se nisso. Ao atribuir um caráter puramente mercantil para a esfera da educação, corre-se o risco de perder sua essência política, e ser substituída por mais um instrumento de reforço de tal lógica neoliberal, que é, por excelência, uma anulação do sujeito.

Ao enquadrar a educação com a régua do mercado, passa-se a reduzi-la, impondo somente aprendizados pautados na vida financeira. Passa-se a desconsiderar a problematização e até mesmo as ciências sociais e a própria filosofia, (responsáveis por provocar reflexões), e somente levar em consideração outras esferas que estão a serviço do recurso capital. Sabe-se que o senso crítico não se encaixa na lei do mercado. Com o espaço acadêmico delineado pelas relações monetárias, reforça-se todas as premissas básicas do neoliberalismo.

Conforme Laval (2004), a escola neoliberal considera a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico. Exemplo disso, é a competição entre os estudantes como concorrentes, e não como colegas. Também lança-se a discrepância entre a lei do mercado e a lei do desejo. Para a sobrevivência em um mundo neoliberal, há a necessidade de, muitas vezes, abdicar do desejo para encaixar-se no mundo mercantil. Logo, a lógica mercantil não corresponde à lógica do sujeito, denunciando seu caráter de desumanidade e instrumentalização. Tem-se aqui um importante elemento do embotamento subjetivo.

Como visto anteriormente, a Guerra Cultural do Bolsonarismo assume total força no âmbito acadêmico (SANTOS; MUSSE; CATANI, 2020). Para os autores, a expressão máxima disso é a disputa entre os defensores do mercado, ou seja, os representantes da extrema-direita ultraliberal e antidemocrática, *versus* os que desejam resguardar o espaço educacional como um espaço público. Após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a ascensão de Bolsonaro, políticas sociais e educacionais sofreram fortes impactos, e foram substituídos pela lógica neoliberal.

Ademais, privatizar também é um importante artefato da Guerra Cultural. Privatizar aponta para a direção da privação de acesso para determinadas camadas sociais. Segundo Bugalho (2020) o acesso à educação é um dos principais pré-requisitos para a redução da desigualdade, uma vez que permite melhores oportunidades de trabalho e renda. A

democratização de classe no ensino superior público permite importantes mudanças sociais. Logo, qual seria o interesse do governo em privatizar tais espaços públicos de promoção de educação para todas as camadas sociais? À que serve isso? Percebe-se aqui, mais um objetivo da Guerra Cultural. Com o fenômeno da pós-democracia, os planos de privatizações ganharam força pelo país. Como exemplo disso, analisa-se o programa Future-se.

## **Programa Future-se**

No âmbito educacional, o planejamento de privatizações pode ser exemplificado através do projeto de lei n. 3076/2020, (BRASIL, 2020) nominado por Programa Institutos e Universidades Inovadoras e Empreendedoras- Future-se. A partir do nome do programa, comunica-se algo importante do caráter mercantil. A referência ao empreendedorismo para se referir a universidades e institutos públicos lança luz ao estatuto neoliberal e empresarial, e não o político, público e educacional. Ressalta-se que, a partir do caráter puramente comercial de tais espaços sociais, torna-se evidente de forma expressiva a crise educacional e o empobrecimento subjetivo, implicando diretamente no mal-estar contemporâneo e no sofrimento psíquico e social. Tal acontecimento representa o declínio do homem público, e dos espaços públicos e bem como a crescente ascensão do homem privado (TREVISOL; ALMEIDA, 2020). Uma sociedade pouco educada e questionadora, torna-se solo fértil para fenômenos aberrantes e sintomáticos como o próprio Bolsonarismo.

O Future-se é um programa do Ministério da Educação (MEC), apresentado em dois de junho de 2020, que se articula a partir de um movimento de incentivo à instituições públicas, como Universidades e Institutos Federais, a realizarem captação voluntária de recursos privados. Para o ministério, o programa objetiva dar maior autonomia financeira e incentivar o empreendedorismo em tais espaços públicos. No portal do MEC ([portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)), é ressaltado como uma das vantagens citadas do programa, a flexibilização de despesas, e da dependência financeira do Estado. Também inclui ao programa Future-se, objetivos como, implementar de 216 escolas cívico-militares até o ano de 2023, e aproximar instituições acadêmicas de empresas. Tais pilares do programa, encaixam-se nos projetos de Guerra Cultural e mercantilização do conhecimento. Bem como reforçam a crise educacional e o empobrecimento subjetivo, dando espaço ao fascismo.

O Future-se não pode ser analisado fora da lógica da Guerra Cultural do governo Bolsonaro, trata-se de um projeto que visa, fundamentalmente,

“refuncionalizar” a universidade sob a ótica da autocracia, do anticientifismo, da mercantilização e do utilitarismo que norteiam as ações do atual governo (SANTOS; MUSSE; CATANI, 2020, p. 14).

Reflete-se ainda, que as instituições privadas de ensino também são fortes reforçadoras da racionalidade neoliberal, uma vez que prezam mais pela instrução do que pela educação, e ainda lançam os estudantes em uma direção de mercado. Tais instituições seguem a lógica do sujeito-empresa, onde o estudo serve como uma ponte para a evolução no mercado de trabalho, e todos os esforços visam a uma boa condição financeira para o futuro. Tem-se aqui, uma cultura empresarial tomando conta do espaço educacional e acadêmico. Abdica-se da reflexão e problematização, e se produz a automatização dos sujeitos, alienando-os em torno do monetário. Juntamente com tal contexto, ocorre o declínio de instâncias éticas, humanitárias, políticas e psíquicas.

Levando-se em conta o fato de a escola e de a educação assumirem um certo papel de protagonismo social na vida dos estudantes, calcar esta instituição no monetário significa moldar sujeitos-empresa, responsáveis pelo próprio sucesso ou fracasso financeiro. “A escola no limiar do século XXI se tornou a própria empresa, ao adotar uma cultura empresarial, não apenas na formação de mão de obra, mas na formação ética, cultural e subjetiva de indivíduos que aceitam e reproduzem os valores neoliberais” (TREVISOL e ALMEIDA, 2020, p. 212).

Os autores, elencam cinco condições que competem às escolas inundadas pela lógica comercial/neoliberal, tais são: 1) reducionismo de propostas pedagógicas, ao voltar a educação aos interesses de trabalho; 2) formação de mentes e espíritos que aderem a normas de comportamento neoliberais de convivência humana; 3) redução de áreas como as ciências humanas e artes para dar espaço a componentes “mais úteis” para o mercado; 4) articulação da escola com empresa, reduzindo a educação para a formação de emprego; 5) produção de ensino flexível adequado às demandas mercantis. (TREVISOL; ALMEIDA 2019, p. 212).

A deslegitimação de áreas como as ciências sociais e as artes, por exemplo, contribuem fortemente para a crise educacional e o embotamento subjetivo, uma vez que representam áreas humanas. O desinvestimento do que é humano, também é fator central da Guerra Cultural e denuncia, mais uma vez, o embotamento subjetivo. Tal acontecimento não é sem efeito na vida social e psíquica, sendo responsável por uma importante parcela do sofrimento psíquico, refletindo na saúde mental da população. Nussbaum (2015) antecipou a atual situação; o autor apontara para a valorização de áreas com finalidade econômica e a

desvalorização de outras áreas formativas, levando assim, a uma crise de valores, especialmente, os democráticos. Atualmente, esse fenômeno ocorre no Brasil.

Com a cultura empresarial tomando conta das instituições educacionais e o descaso do governo e da sociedade pela educação, (fenômeno estruturado a partir da Guerra Cultural), elucida-se ainda a violência contra o professor. A partir da lógica neoliberal, puramente mercantil, processos como demissões em massa e a substituição de figuras educacionais por robôs tem sido um fenômeno recorrente na “nova era” da educação. Com o objetivo puramente lucrativo, faz-se comum substituir um professor com grandes conhecimentos acadêmicos, por um material online disponibilizado para os estudantes, a fim de reduzir custos financeiros. Não há possibilidade de educação sem a figura do professor com o seu papel essencial de provocação. Nota-se a crise educacional agravando-se, uma vez que as instituições primam em maior grau pelo recurso econômico, do que pela qualidade educacional proporcionada. Tal fenômeno, puramente neoliberal, caracteriza-se por uma violência contra a educação e contra a figura que a representa - o professor.

## **Perspectivas acerca do futuro da educação no Brasil**

224

A partir dos programas expostos acima, é notória a crise educacional em que o país enfrenta com o governo neofascista de Bolsonaro. Ao realizar uma breve comparação com governos passados, é possível verificar com facilidade o retrocesso que a educação vive a partir do mandato de Jair Bolsonaro, uma vez que o mesmo se mobiliza através de um descaso significativo para com a educação.

Considerando o governo Lula, onde a educação fora posta como uma das prioridades, nota-se tal retrocesso. Os programas educacionais propostos pelo ex-presidente, dizem respeito a um interesse em garantir acesso à uma educação de qualidade para todas as camadas sociais, a fim de reduzir os índices de miséria e desigualdade social no país. O que ocorreu de forma exitosa durante o mandato do ex-presidente.

Cita-se como exemplo algumas propostas educacionais do Governo Lula, tais são: o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), que consiste em um fundo monetário que atende a Educação Básica; o PROUNI (Programa Universidade para Todos), concedendo bolsas de estudos integrais e parciais; o FIES (Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), realizando financiamentos para cursos de graduação em instituições não pública; o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que consiste em uma

prova com função de admissão à educação superior e avaliação do desempenho estudantil, que através do SISU (Sistema de Seleção Unificada), torna-se uma ferramenta para adentrada na graduação através de auxílios do governo como o PROUNI e FIES.

Nota-se a discrepância entre as propostas educacionais, que são caracterizados como opostos. Torna-se visível qual o lugar que a educação ocupa perante os dois governos. Um promove o acesso e o rigor de uma educação de qualidade para todos, considerando como uma ferramenta de mudança social, e o outro, promove o desmonte, o descaso e dificulta o acesso. Atualmente vive-se o segundo cenário, caracterizando o neofascismo e a crise educacional.

É notável a crise multifacetada que a educação no Brasil enfrenta hoje. A pandemia de Covid-19 no país tem sido um bom espelho que reflete acerca da Guerra Cultural. Através do grave acontecimento sanitário, no qual o Brasil está em posição de destaque no *ranking* de transmissões e de óbitos pela doença, observa-se alguns elementos fundamentais do contexto de neofascismo, Guerra Cultural e crise educacional. São eles: o anti- intelectualismo, o descaso com a educação e a racionalidade neoliberal.

O anti-intelectualismo no contexto de pandemia é denunciado principalmente a partir da insistência do governo federal em ofertar para a população uma medicação sem comprovação robusta de sua eficácia científica para a Covid-19, podendo ainda causar efeitos colaterais (PALLIANI; CARDONA, 2020). Ofertar uma medicação dessa ordem, como é o caso da hidroxicloroquina, consiste em um importante movimento de anti-ciência que não pode ser visto fora da lógica de Guerra Cultural. Ou seja, influencia-se a população a seguir uma orientação não científica. Em contrapartida, o isolamento social que caracteriza uma medida de segurança sanitária com comprovação de eficácia é rechaçado pelo governo, uma vez que ele representa um possível “atraso” para a economia brasileira avançar. Aqui tem-se ainda uma significativa mobilização do imaginário social para a direção puramente neoliberal.

Além disso, cita-se também o descaso do governo federal em ofertar condições de acesso à educação para a população de baixa renda. Uma vez que com a gravidade da crise sanitária as aulas presenciais precisaram ocorrer na modalidade *online*, com o objetivo de frear a curva de transmissão do vírus, as camadas mais baixas da sociedade não obtiveram a mesma qualidade ou até mesmo a possibilidade de acesso remoto às aulas. A situação não gerou qualquer movimentação significativa por parte desse governo, denunciando a pouca importância que atribui à educação.

A Guerra Cultural parece ser uma importante arma do governo contra a população. No cenário pandêmico, é possível observar com facilidade o conhecimento científico sendo rechaçado dando espaço ao planejamento puramente neoliberal, em que o monetário ganha protagonismo, anulando outras esferas da vida humana. A partir disso, molda-se o imaginário social na direção de uma anti-ciência, onde ocorre o extermínio não só simbólico, mas também real do brasileiro.

Deste modo, elucidou-se que o contexto de crise educacional, causado principalmente pelo avanço fascista no país, pode ser delineado principalmente por duas grandes categorias, tais sejam: uma posição de anti-ciência, marcada principalmente pelo fracasso da contenção sanitária no país em relação a Covid-19 e o avanço neoliberal, em que o monetário anula a instância simbólica e humana, reduzindo o caráter crítico e subjetivo da educação, dando espaço a um ensino pautado somente na instrução. Logo, a crise educacional avança no país juntamente com o fascismo. Tem-se uma problemática de importante relevância social.

## Considerações Finais

A Guerra Cultural é condição necessária para a implementação do fascismo. Trata-se de um projeto político em prol da causa fascista e neoliberal, que a partir da mobilização social torna-se uma nova forma de subjetivação e alteração da relação sujeito-mundo. Com o Bolsonarismo no Brasil o mecanismo ocorre de maneira clara. Através da análise dos dois programas, buscou-se ilustrar tal acontecimento no âmbito educacional, bem como realizar um breve comparativo entre governos democráticos e governos neofascistas em relação à essa abordagem de educação.

Buscou-se ainda, apontar a gravidade da problemática da Guerra Cultural, ilustrando o cenário de pandemia no país, onde a irracionalidade custou a vida de muitos brasileiros. Contudo, a montagem fascista gera drásticas consequências no campo humano. Tal alteração no imaginário social que a Guerra Cultural promove, representa uma ameaça não só política, mas também social, psíquica e ética.

O fenômeno ainda ensaia no país uma grave crise educacional, bem como o reforço importante do empobrecimento subjetivo e discursivo, a partir da nova razão de mundo. Tal problemática deixa o Brasil suscetível ao fascismo, como é o caso do Bolsonarismo como manifestação contemporânea deste enquadre. A partir da liderança fascista, aliena-se o sujeito

em tal figura caricata como uma promessa de gozo. Bolsonaro responde desde este lugar que lhe é colocado de massificação e irracionalidade.

Ressalta-se que a educação é uma ferramenta de transformação social, logo, deve haver a resistência ao fascismo através dela, assumindo um posicionamento político democrático e reiterando a educação crítica-emancipatória. Posto isso, resgatar as premissas democráticas e os direitos fundamentais, bem como reverter a crise educacional parecem ser alguns dos maiores desafios que inauguraram o século XXI no Brasil. Não é impossível.

## Referências

ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano**. São Paulo: Autêntica, 2013.

BUGALHO, Henry. **Minha especialidade é matar: como o Bolsonarismo tomou conta do Brasil**. Curitiba: Kotter Editorial, 2020.

BRASIL. **Projeto de lei n. 246/2019**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Projeto de lei n. 3076/2020**. Disponível em: [https://ufrj.br/sites/default/files/img-noticia/2019/07/projeto\\_de\\_lei\\_do\\_programa\\_future-se.pdf](https://ufrj.br/sites/default/files/img-noticia/2019/07/projeto_de_lei_do_programa_future-se.pdf). Acesso em: 20 mar. 2021.

CASARA, Rubens. **O Estado Pós-Democrático: Neo- Obscurantismo e Gestão dos Indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASARA, Rubens. **Bolsonaro o mito e o sintoma**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

CORBANEZI, Elton; RASIA, Miguel José. **Racionalidade Neoliberal e Processos de Subjetivação Contemporâneos**- Cuiabá, v. 25, p. 287-301, jul./dez. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESP. Escola Sem Partido. [Online]

Disponível em: <http://escolasempartido.org/anteprojeto/>. Acesso em: 25 jan de 2021.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record Editorial, 2018.

ECO, Umberto. **Cinco escritos morais**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record Editorial, 1998.

FREUD, Sigmund. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. **Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GOMES, Victor Leandro Chaves; BELINOT, Virginia. Neoliberalismo e pós- democracia: o percurso brasileiro rumo ao (neo)fascismo. In: REBUÁ, Eduardo et. al. (Org). **(Neo)fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020, p.258- 285.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Planta, 2004.

LEHER, Roberto. Educação e Neofascismo no Governo Bolsonaro. In: REBUÁ, Eduardo et. al. (Org). **(Neo)fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020, p. 47-83.

MEC. Ministério da Educação. [Online]

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 jan de 2021.

MELO, Demian. O Bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: REBUÁ, Eduardo et. al. (Org.). **(Neo)fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020, p. 12-46.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades**. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

PALIANI, Ugo; CARDONA, Andrea. Covid-19 and hydroxychloroquine: Is the wonder drug failing? **European Journal of Internal Medicine**- Philadelphia, vol. 78, p. 1-3, jun./dez. 2020.

SANTOS, Maria Rosimary dos Soares; MUSSE, Ricardo; CATANI, Afrânio Mendes. Desconstruindo a educação superior, os direitos humanos e a produção científica: o Bolsonarismo em ação. **Revista Eletrônica de Educação**. Belo Horizonte, v.14, p. 1-19, jan./dez. 2020.

TREVISOL, Marcio Giusti; ALMEIDA, Pinto de Maria de Lurdes. A incorporação da racionalidade neoliberal na educação e a organização escolar a partir da cultura empresarial. **Revista Educação e Emancipação**. São Luís, v. 12, p. 200-222, set./dez. 2020.

Recebido em: 12 de fevereiro de 2021.

Aprovado em: 22 de março de 2021.